

DE PORTUGAL A MACAU
FILOSOFIA E LITERATURA NO DIÁLOGO DAS CULTURAS



Universidade do Porto. Faculdade de Letras

2017

Ficha técnica

Título: De Portugal a Macau: Filosofia e Literatura no Diálogo das Culturas

Organização:

Maria Celeste Natário (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Renato Epifânio (Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)

Carlos Ascenso André (Instituto Politécnico de Macau)

Gonçalo Cordeiro (Universidade de Macau)

Inocência Mata (Universidade de Macau/ Universidade de Lisboa)

Jorge Rangel (Instituto Internacional de Macau)

Maria Antónia Espadinha (Universidade de S. José)

Editor: Universidade do Porto. Faculdade de Letras

Ano de edição: 2017

ISBN: 978-989-99966-9-4

O presente livro é uma publicação no âmbito das atividades do Grupo de Investigação Raízes e Horizontes da Filosofia e da Cultura em Portugal do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

LÍNGUA E CULTURA – CADINHO DE DIFERENÇAS

Guilherme d'Oliveira Martins

Centro Nacional de Cultura
Rua António Maria Cardoso, 68, 1249-101 Lisboa
(+351) 21 346 67 22 | info@cnc.pt

Resumo: Uma língua viva tem de abrir as janelas de par em par para o mundo, para as diferenças. Eis o grande desafio para duzentos milhões de falantes de língua portuguesa, mais de quatrocentos no final do século

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Cultura, Lusofonia.

Abstract: A living language has to open the windows wide to the world, to the differences. This is the great challenge for two hundred million Portuguese speakers, more than four hundred at the end of the century

Keywords: Portuguese Language, Culture, Lusophony.

Diz-se, com Bernardo Soares, para o português, que a nossa pátria moderna é a língua. É uma pátria de várias pátrias, de várias culturas, e até de várias formas de dizer. Língua de várias culturas, cultura de várias línguas. Sentimos a força e a fraqueza de um império universal da língua, que Vieira premonitoriamente viu, mas que poucos vislumbraram com ele. Força, de um idioma que continuará a crescer, enquanto centenas de outros vão minguando, quando não passam à qualidade de línguas mortas. Fraqueza, pela extensão e pela incerteza que o futuro lhe pode reservar. Mas que vida terão as línguas modernas, contando com os meios de comunicação de âmbito planetário, mas sofrendo também o risco da simplificação e o efeito dos vários *esperantos* que se escondem por detrás das modernas línguas francas, a começar no inglês *passé-partout*?

A história passada levou o pujante latim a passar a língua morta, depois de ter sido um poderoso fator de unidade e fator de comunicação religiosa e académica. Não há regras inexoráveis nem vidas eternas para as línguas, por isso somos hoje tributários de várias línguas desaparecidas, decaídas ou enfraquecidas. Daí que tenhamos de ser sagazes e práticos para não cair nas diversas armadilhas que nos saltam ao caminho. Usemos o senso comum, não nos deixemos arrastar pela ilusão dos códigos deterministas. Percebamos que ninguém está a salvo de um dilúvio universal e que é preciso haver sempre um Noé e um conjunto de companheiros na Arca porque a vida precisa da força, do ânimo, da capacidade de arriscar, perder ou ganhar, mas nunca da ilusão de que há proprietários da vida, da língua ou do riso. Noé não pode querer refazer o mundo. A vida, a língua e o riso poderão sempre regressar, voltar à ribalta, se não houver a tentação de os encerrar num progresso estereotipado, em regras rígidas e fechadas. Dir-me-ão alguns que ouvem de mim o que não esperariam de um cultor do Direito. No entanto, digo-o com mais força por conhecer o mundo da norma, que jamais poderá querer encerrar o “mundo da vida”, sob pena de depressa se tornar inútil. E dizia Vieira que «a perfeição não consiste nos verbos, senão nos advérbios, não em que as nossas obras sejam honestas e boas, senão em que sejam bem-feitas».

Ignacio Bosque, linguísta bem conhecido, dizia que «há uma visão redutora da gramática. (...) Muitos pensam que há apenas um tipo de gramática: a normativa ou prescritiva, a que diz o que é correto e incorreto. Pensam que os linguistas são os polícias do idioma. É um erro» (*El País Semanal*, 22.04.2007). E recordava que,

além da gramática descritiva, sem carácter normativo, há a análise comparada da gramática contrastiva, que se aplica no ensino de um idioma como segunda língua, além da gramática teórica, essencial no ensino e investigação académicos. Todas estas vertentes têm de ser consideradas para o estudo de uma língua viva.

A gramática não deve, por isso, servir para etiquetar, mas para analisar, para apreender a relação entre forma e sentido, numa palavra para compreender. Daí que o interesse fundamental não deva ser pela gramática como máquina de colocar códigos de barras sobre a vida. O que importa é cuidar do idioma, cuidar da comunicação, que é onde começa o respeito mútuo, para que nos entendamos. Não lembrava o nosso D. Francisco Manuel, pela boca do Relógio da Cidade, o ditado castelhano “*solo Diós acierta a reglar com regla tuerta*”? Temo que a lógica formal prevaleça sobre a necessidade de cuidarmos do idioma como património e valor comum, como repositório vivo da memória. As normas de gramática são mais do que regras de trânsito ou do que normas técnicas para eletrodomésticos. A língua, as línguas são territórios inesgotáveis a descobrir. E como diz ainda Ignacio Bosque «os escritores são atletas do idioma, percebem os matizes da sintaxe ou do léxico antes dos linguistas». Por isso, o idioma aprende-se e cultiva-se lendo mais e melhor. Tomando contacto com os escritores e a sua melhor escrita, jogando com os vários sentidos, para que a compreensão seja feita dessa ginástica flexível e criativa que nos leva a entender que os paradoxos de Zenão só existem quando nos limitamos ao abstrato, mas que nunca se realizam quando entendemos que o dizer e o escrever não são atos de pura lógica... Francisco Rodrigues Lobo falava da nossa “língua excelente”, pela boca de D. Júlio, na “*Corte na Aldeia*”, e de «alguns néscios que não basta que falem mal (a língua) senão que se querem mostrar discretos dizendo mal dela; e o que me vinga de sua ignorância é que eles acreditam a sua opinião e os que falam bem desacreditam a ela e a eles». O idioma é uma herança viva, que se transmite pelo dizer e pelo fazer. Somos nós, cidadãos, os seus fiéis depositários, com a responsabilidade de o tornar vivo e valioso.

Do que necessitamos é de mediações que funcionem entre os domínios artísticos e de criação, científicos e pedagógicos – e sobretudo entre a vida e a escola, entre a vida e a investigação. Temos de voltar a ouvir John Dewey quando nos dizia que é o contacto com a vida que deve caracterizar a educação, que não é uma arte separada da vida, sob pena de a trair. E se falo de mediações e de

interdisciplinaridade necessárias, insisto na exigência de entendermos que não basta correr ao nominalismo, qualquer que ele seja. É fundamental tornar a nossa língua uma língua do conhecimento e pôr em contacto o ato de conhecer e compreender com o mundo da vida. E se nos reportamos à língua e ao seu estudo, impõe-se ir à “literatura viva”, aos textos, à mágica relação com a ginástica flexível e criadora da palavra usada por quem faz dela o seu dia-a-dia.

Como será possível a um aprendiz de pintor limitar-se a ouvir um discurso teórico, resumido e formal, sobre a perspectiva e sobre o movimento e a dialética dos claros e dos escuros, sem tomar contacto com os melhores exemplos de grandes artistas, pintores ou desenhadores? E no entanto, cada vez mais, parecemos contentar-nos com discursos formais. Não se leem os livros dos programas, mas os resumos deles, reduzidos a diagramas que permitem (ou dizem permitir) ao desprotegido estudante julgar que conhece o que não pode conhecer, porque a literatura e o mundo das palavras tornar-se-ão grotescas caricaturas infantilizadas se não forem servidos tal como são, como existem e tal como foram criados, para ser lidos e apreendidos como componentes essenciais da vida que deve ser vivida. Regressemos, pois, aos textos! É preciso ler mais e melhor!

E saliento a importância das bibliotecas escolares e da rede de leitura pública como preciosas ajudas no sentido de se ler mais e melhor, sobretudo para os jovens que não têm livros em casa... Porque razão insisto nos textos e nas mediações? Porque, se temos de compreender e não podemos pôr em causa a evolução das ciências e do modo como aperfeiçoam o seu conhecimento sobre as realidades que estudam, temos de usar do bom senso indispensável para que os excessos de zelo e de pressa não venham a comprometer o conhecimento da própria vida. Como poderemos atrair um jovem para a leitura, para a magia das palavras e para o convívio dos clássicos, se não o ajudarmos a dar os passos necessários a tirar prazer do acto de mergulhar na própria escrita como manifestação do que é vivo? Peter Sloterdijk diz que, no tempo atual de empobrecimento dos valores tradicionais do humanismo e de perda dos conhecimentos inerentes à “*humanitas*” clássica, estamos confrontados com o desafio difícil de ter de abarcar não só o mundo da escrita, mas também o mundo da imagem, o que nos coloca, no tempo do pós-humanismo, perante uma exigência acrescida, a obrigar-nos a cuidar melhor da palavra, da escrita, da comunicação, não já numa repetição de moldes

tradicionais, simplificados ou idílicos, mas num patamar de maior complexidade. Precisamos, pois, de novos horizontes de interdisciplinaridade entre os estudos linguísticos e os estudos literários! As receitas tradicionais são, no fundo, insatisfatórias. Já não permitem uma resposta adequada aos desafios presentes. Se queremos ouvir a antiga gargalhada genuína, livre, franca, ressoante e cristalina, precisamos de cultivá-la. Precisamos de regressar ao entendimento do riso amarfanhado sob o peso da civilização – não já repetindo o movimento de Jacinto, mas reinventando-o.

Regressemos, insista-se, aos textos originais. Ao riso, à gargalhada genuínos, em lugar dos seus *ersatzen* pobres e desconjuntados. Voltemos a ouvir Camões:

Que levas, cruel morte? Um claro dia.

A que horas o tomaste? Amanhecendo.

E entendes o que levas? Não o entendo.

Pois quem tu faz levar? Quem o entendia.

Assim reencontraremos o idioma e poderemos entender que as matizes da sintaxe se buscam no acto de compreender, de ouvir, de dar atenção. E poderemos ir aos confins do mais misterioso da língua:

Vivendo se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.

Quem o diz é João Guimarães Rosa, nessa peregrinação fantástica de Riobaldo e Diadorim nas Veredas do Grande Sertão. Afinal, o claro dia, ou o amanhecer, o entender ou o levar obrigam a que vamos aos acontecimentos e às palavras que os contêm e não à sua projeção esquemática e empobrecedora. “Vivendo se aprende”. Mas que é essa aprendizagem que hoje distingue o desenvolvimento e o atraso? Que é essa atenção ao ato e à arte de aprender, senão o entendimento da vida das palavras – porque “o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”? Aprender é poder perguntar, melhor interrogar, melhor procurar, porque só se encontra o que se procura, porque os desafios que temos para responder exigem essa capacidade de ir aos problemas, fazendo outras maiores perguntas...

«Se o sal perder a substância e a virtude, e o pregador faltar à doutrina, e ao exemplo; o que se lhe há de fazer, é lançá-lo fora como inútil, para que seja pisado por todos» – Vieira disse-o e, nesse Sermão de Santo António aos Peixes, tiramos a lição de que o bom exemplo do “sal da terra” tem a ver com o que salga, com o que se afirma, com o que se sente... E estamos no coração da *arte de educar*, como

despertar de consciências e como laboriosa construção que permite o saudável desenvolvimento da personalidade – razão e emoção – do estudante e da pessoa em geral.

Ensinar um valor, preservar uma herança! O valor tem a ver com a língua como património comum, que valorizamos hoje, com nova vida, com o vernáculo e os novos vocábulos, com novas formas de integrar a inovação e abertura; mas esse valor necessita do acervo comum – língua de várias pátrias, de várias culturas - que apenas poderá ser entendido e compreendido no contexto de um multilinguismo universalista e cosmopolita. É essa a moderna tendência, que nos obriga também a entender que não estamos sós e que as estratégias de aprendizagem das línguas maternas e das línguas estrangeiras e da língua portuguesa para estrangeiros têm de se ligar. Ao lado das mediações internas, urge, deste modo, referir ainda as mediações externas, para que o zelo atualizador e centificista não atinja a eficácia necessária quanto ao bom ensino da língua materna, condição *sine qua non* para que haja capacidade de entendimento entre esse ensino da língua materna e o ensino das línguas estrangeiras, sem descontinuidades de método e terminologia, que permitam valorizar as línguas como fatores de coesão, de diferença, de cidadania, de respeito mútuo e de emancipação...

Não há receitas quando se fala de educação. Não podemos satisfazer-nos com a tentação de usar um discurso moralizador, que não conheça as dificuldades resultantes da diversidade dos alunos, das suas múltiplas origens sociais, económicas, culturais, civilizacionais, linguísticas. Educação para todos obriga à diversidade de caminhos e de estratégias, obriga ainda a cuidar mais da relevância do que se ensina e da ligação à vida ativa. É preciso motivar os membros da comunidade educativa, definir métodos diversificados, compreender que há quem resista a fazer por entender o que faz na escola. E a culpa é nossa.

Eis porque devemos entender que numa escola e num ensino para todos, as vias únicas, os percursos harmonizados tornam-se discriminatórios e injustos. Temos de valorizar a diferença, temos de clarificar objetivos que sejam assumidos diferentemente por todos, temos de compreender as resistências e as dificuldades, as razões da desistência e temos de incentivar e de reconhecer o mérito. Que ninguém seja deixado sem resposta na borda do caminho... Educar para todos tem de ser, de facto, para todos – mas não pode ceder na exigência, no rigor. Tudo isso é

muito difícil. As comparações hoje serão sempre internacionais. As avaliações serão cada vez mais inexoráveis com as fronteiras abertas. Daí que tenhamos de ter respostas para todos, para que todos possam corresponder aos desafios cada vez mais exigentes que nos são lançados a todo o momento. O todo não é realidade uniforme e abstrata.

O conhecimento é distribuído desigualmente e não se redistribui como os bens materiais. Mas é a cultura que faz a diferença, como a capacidade de criar e de aprender, como a capacidade de obter conhecimentos e saberes relevantes para a vida e para um mundo de mobilidade e diferenças. Daí necessitarmos de evitar as duas tentações que poderão comprometer tudo aquilo que desejamos preservar – de um lado, o conformismo e o fatalismo de que o atraso é inexorável por defeito da matéria-prima e por endémica e ancestral impreparação; de outro lado, o voluntarismo e a tentação de andar mais depressa do que devemos, com passos maiores do que as pernas que Deus nos deu. Contra ambas as tentações só poderemos ser mais exigentes e realistas – mobilizando os atores (professores, pais, estudantes, sociedade) e não caindo no erro da complacência e da mediocridade. Se cedermos à mediocridade, tornar-nos-emos mais periféricos e irrelevantes. A solução não estará em recuar, em ceder, em infantilizar – mas em compreender as diferenças – e em sermos mais exigentes na medida das diferentes capacidades. Entendamos a complexidade, façamos dela a nossa regra – com os sete pilares de Edgar Morin: prevenção contra o erro e a ilusão, conhecimento do conjunto, reconhecimento da unidade e da diversidade do mundo, aprendizagem da identidade planetária, entendimento do inesperado e do incerto, educação para o respeito e a compreensão mútua e desenvolvimento de uma ética do género humano assente na cidadania inclusiva.

Precisamos de cultivar a exigência e a diferença, o rigor e a complexidade, a interdisciplinaridade e o multilinguismo, de regressar à palavra e ao texto, que o mesmo é dizer, à vida... Se nos acomodarmos ou iludirmos iremos pelo caminho louco e vão que talvez conduza ao reino da estupidez. Pátria de várias pátrias e de várias culturas, a língua portuguesa não é propriedade de alguém, é património comum, é domínio que tem de ser cultivado, estudado, defendido, salvaguardado. Falar, escrever, comunicar bem em língua portuguesa é cultivar a exigência, a disciplina, o rigor e o respeito cívicos – é fazer-se entender. Eis a grande exigência

que se nos pede. Começemos na língua, cuidemos da clareza, da correção, mas também do dinamismo e da vida. Não se trata de preservar uma língua fechada e rígida, mas de ir ao encontro da pluralidade da vida, buscando novas palavras e ideias para comunicar melhor, para entender melhor. E se a *Internet* ou as novas tecnologias obrigam à inovação, resistamos à harmonização, à uniformidade – usemos a imaginação, a força das ideias, com clareza, com correção, com abertura. Uma língua viva tem de abrir as janelas de par em par para o mundo, para as diferenças. Eis o grande desafio para duzentos milhões de falantes, mais de quatrocentos no final do século. É a todos que cabe a defesa da nossa língua!...